

# Famílias nos Censos 2011

**Diversidade e Mudança**

Anabela Delgado  
Karin Wall  
(coordenadoras)



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
STATISTICS PORTUGAL

ICS

Imprensa  
de Ciências  
Sociais

Edição conjunta do Instituto Nacional de Estatística  
e da Imprensa de Ciências Sociais



**INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**  
STATISTICS PORTUGAL

Instituto Nacional de Estatística, I. P.  
Av. António José de Almeida  
1000-043 Lisboa – Portugal  
Telefs.: 808 201 808 (rede fixa nacional) – 218 440 695 (outras redes)  
[www.ine.pt](http://www.ine.pt)  
E-mail: [info@ine.pt](mailto:info@ine.pt)

## Imprensa de Ciências Sociais

**U LISBOA** | UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

Instituto de Ciências Sociais  
da Universidade de Lisboa  
Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 Lisboa – Portugal  
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74  
[www.ics.ul.pt/imprensa](http://www.ics.ul.pt/imprensa)  
E-mail: [imprensa@ics.ul.pt](mailto:imprensa@ics.ul.pt)

### *Catálogo na Publicação*

Famílias nos censos 2011 : diversidade e mudança /  
Anabela Delgado, Karin Wall (coordenadoras). -  
Lisboa : Instituto Nacional de Estatística : ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2014. -  
ISBN 978-989-25-0290-8 (INE)  
ISBN 978-972-671-336-4 (ICS)  
Família - Portugal / Censos - 2014 / Conjugalidade  
CDU 316.3



*Capa e concepção gráfica:* João Segurado  
*Revisão:* Levi Condinho  
*Impressão e acabamento:* INE, I. P.  
*Depósito legal:* 375221/14  
*1.ª edição:* Maio de 2014  
*Tiragem:* 350 exemplares  
*PVP:* 10,00 €

# Índice

Os autores .....	17
Nota de apresentação.....	21
Introdução.....	23
<i>Anabela Delgado e Karin Wall</i>	
Capítulo 1	
<b>Principais tendências demográficas: as últimas décadas.....</b>	<b>25</b>
<i>Cláudia Pina e Graça Magalhães</i>	
Capítulo 2	
<b>Evolução das estruturas democráticas em Portugal, 1960-2011 ..</b>	<b>43</b>
<i>Karin Wall, Vanessa Cunha e Vasco Ramos</i>	
Capítulo 3	
<b>Dinâmicas regionais de mudança nas famílias (2001-2011) .....</b>	<b>65</b>
<i>Sofia Aboim</i>	
Capítulo 4	
<b>Transformações familiares recentes: uma perspetiva territorial. .</b>	<b>87</b>
<i>Cátia Nunes</i>	
Capítulo 5	
<b>Pessoas sós em Portugal: evolução e perfis sociais .....</b>	<b>125</b>
<i>Maria das Dores Guerreiro e Ana Caetano</i>	

Capítulo 6	
<b>A evolução da conjugalidade em Portugal: principais tendências e modalidades da vida em casal</b> . . . . .	155
<i>Vanessa Cunha e Susana Atalaia</i>	
Capítulo 7	
<b>Famílias monoparentais: linhas de continuidade e de mudança</b> . .	177
<i>Sofia Marinho</i>	
Capítulo 8	
<b>Famílias complexas: tendências presentes</b> . . . . .	197
<i>Pedro Vasconcelos</i>	
Capítulo 9	
<b>A diversidade das famílias com descendência numerosa</b> . . . . .	209
<i>Vasco Ramos</i>	
Capítulo 10	
<b>As famílias recompostas em Portugal: dez anos de evolução (2001-2011)</b> . . . . .	225
<i>Susana Atalaia</i>	

Karin Wall  
Vanessa Cunha  
Vasco Ramos

## Capítulo 2

# A evolução das estruturas domésticas em Portugal, 1960-2011

O objetivo deste capítulo é identificar as formas privadas de co-residência na sociedade portuguesa e analisar a sua transformação ao longo dos últimos cinquenta anos. Partindo do conceito de «agregado doméstico» (*household, ménage*), procuramos caracterizar os principais tipos de agregado em Portugal e perceber como é que evoluíram sob a influência de várias décadas de mudanças demográficas, sociais e económicas intensas. Num segundo momento, analisamos a influência de algumas variáveis sociodemográficas, como o grupo de idade e o género, nas formas de viver em família. Recorremos aos dados dos censos de 1960, 1991, 2001 e 2011: embora adotem um outro conceito, o de «família clássica», baseiam-se em critérios que também permitem construir uma tipologia de agregados domésticos (AD) elaborada de acordo com os termos propostos pelos historiadores da família (ver «Notas metodológicas» em anexo).

A hipótese de uma forte articulação entre o tempo histórico e as formas privadas de co-residência é, para nós, um ponto de partida central. É importante lembrar que, em 1960, um terço da população trabalhava na agricultura, o índice sintético de fecundidade era de 3,2 filhos, 91% dos casamentos eram católicos e, por lei, a mulher era responsável pelo governo da casa e devia obediência ao marido. Em termos de funcionamento familiar, havia uma forte diferenciação de género, estando apenas 18% das mulheres entre os 15 e os 65 anos inseridas formalmente no mercado de trabalho. Nas últimas décadas as mudanças foram, portanto, intensas: em 2011 apenas 10% da população ativa trabalhava no sector primário, o número de filhos por mulher era de 1,4, apenas 40% dos casamentos eram religiosos, a maioria das mulheres eram ativas e, por lei, ambos os cônjuges passaram a ser igualmente responsáveis pela vida doméstica e familiar.

No quadro destas transformações profundas na sociedade portuguesa, as décadas de 1980 e de 1990 foram marcadas por um compasso rápido de modernização da vida familiar, visível, logo à partida, nos indicadores demográficos (*e. g.*, crescente informalização e diversificação da vida conjugal; diminuição da natalidade; aumento do divórcio e da recomposição familiar, cf. capítulo 1) mas também nas dinâmicas internas do casal e da família, agora menos orientadas por lógicas institucionais e mais centradas em lógicas companheiristas, democráticas e de maior autonomia, quer dos casais em relação ao grupo de parentesco, quer dos indivíduos na família (Torres 2002; Wall 1998, 2005; Aboim 2006; Guerreiro, Torres e Lobo 2007). A valorização da independência económica e residencial, em diferentes fases da vida, terá conduzido, nas últimas décadas do século XX, a um reforço da família nuclear de casal com ou sem filhos e, também, a uma maior individualização da vida privada, reduzindo a dependência do indivíduo em relação à família e à rede alargada de parentes próximos, sobretudo em determinadas fases da vida, como a transição para a vida adulta, o pós-divórcio ou a velhice (Wall 2005; Aboim 2006).

O conceito adotado pelos historiadores da família define o agregado doméstico como um grupo de pessoas que partilham o mesmo espaço físico (Verdon 1998; Rowland 1997), ou seja, um conjunto de pessoas unidas por critérios de co-residência ou de alojamento (dormem debaixo do mesmo teto) e que podem ou não estar ligadas por critérios de parentesco (consanguinidade, aliança) e de partilha de recursos (economia comum, comensalidade). Mais abrangente do que a noção de família, o agregado ou unidade doméstica de co-residência estrutura-se, na maior parte dos casos, em função de laços de parentesco; mas também abrange situações em que estes não estão presentes, como é o caso de pessoas que vivem sós ou de pessoas unidas por outros vínculos que não os de sangue ou de aliança (*e. g.*, estudantes ou amigos que partilham um alojamento). Ao eleger como critério de base a co-residência, o conceito de agregado doméstico constitui, por conseguinte, uma ferramenta indispensável para identificar a pluralidade das formas de organização da vida privada.

De acordo com a tipologia de agregados domésticos proposta por Laslett (1972), também utilizada neste livro para assegurar a comparabilidade entre a análise dos Censos de 2011 e as de censos anteriores (Aboim 2003; Wall, Cunha e Atalaia 2014), o agregado ou unidade de co-residência é identificado a partir da sua estrutura, havendo que identificar quatro dimensões principais para proceder à sua caracterização: o número de pessoas no agregado, o tipo de laço que existe entre elas (laços de consanguinidade, de aliança, de afinidade), o tipo e o número de nú-

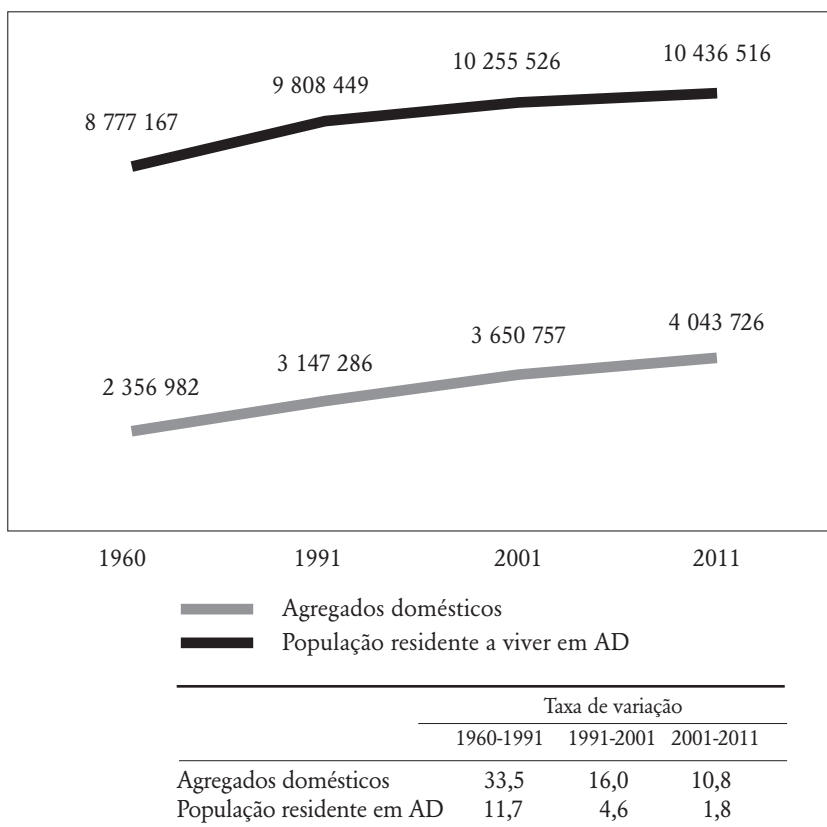
cleos familiares que fazem parte do agregado, e o alargamento do núcleo familiar a outras pessoas. O agregado pode ser composto apenas por um núcleo familiar, que pode ser conjugal (um casal ou um casal com filhos) ou monoparental (um pai ou uma mãe com filhos); pode comportar ainda, para além deste, outras pessoas aparentadas, tratando-se assim de um agregado de «família alargada», ou mesmo outros núcleos familiares, formando-se então uma «família múltipla». Nestes dois últimos casos, o agregado doméstico é considerado como uma «família complexa», enquanto no primeiro é considerado uma «família simples».

Partindo destas dimensões de caracterização da estrutura de co-residência, a tipologia que utilizamos, seguindo de perto a proposta de classificação de Laslett (1972), estabelece cinco categorias principais de agregado ou unidade doméstica de co-residência: I) agregados domésticos de pessoas sós, incluindo aqui as pessoas que vivem efetivamente isoladas (ocupando a totalidade de um alojamento) e também, a partir dos Censos de 1991, as pessoas que vivem de forma independente, sem ser em economia comum, num alojamento de várias pessoas; II) agregados domésticos de várias pessoas (aparentadas e/ou não aparentadas) sem núcleo familiar e a viver em economia comum (à exceção dos dados dos Censos de 1960 em que o critério de economia comum entre as várias pessoas não existia); III) agregados domésticos de famílias simples (casais sem filhos, casais com filhos, pai/mãe a viver com filhos); IV) agregados domésticos de famílias simples alargadas (famílias simples a viver com outras pessoas); e V) agregados domésticos de famílias múltiplas (duas ou mais famílias simples a viver no mesmo alojamento com ou sem outras pessoas).

## **Evolução do número e tipo de agregados domésticos em Portugal**

Desde 1960 que o número de agregados domésticos, assim como a população residente a viver em agregados domésticos privados, tem vindo a aumentar (figura 2.1 e quadro 2.1). Em 2011 eram cerca de quatro milhões de agregados domésticos, quando há cinquenta anos eram pouco mais de dois. No entanto, a taxa de variação do número de agregados é consideravelmente mais elevada, em todos os períodos, do que a taxa de variação da população residente em agregados domésticos, uma evolução que está em linha com a diminuição progressiva do número de pessoas nas unidades domésticas.

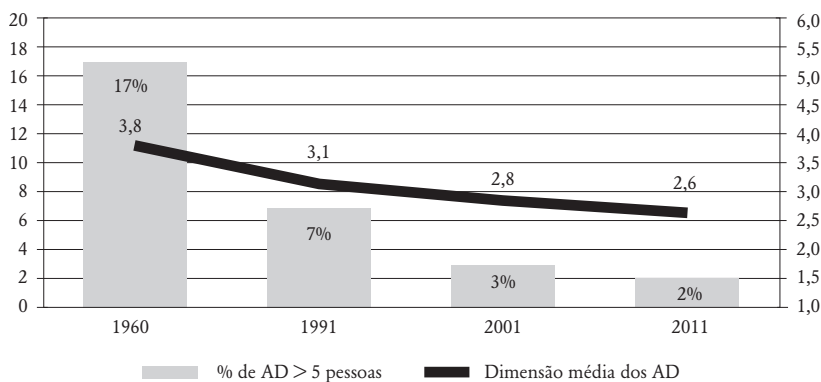
**Figura 2.1 – Evolução do número de agregados domésticos e da população residente a viver em AD – Portugal, 1960-2011 (valores absolutos e taxa de variação)**



Fonte: INE, Censos 1960, 1991, 2001 e 2011.

A análise das transformações ocorridas nos tipos de agregado doméstico ao longo dos últimos cinquenta anos revela quatro tendências principais. Verificamos, em primeiro lugar, que os agregados domésticos são hoje significativamente mais pequenos e de dimensão mais uniforme do que eram em 1960 e que esta tendência se acentuou ao longo da última década (figura 2.2). A dimensão média do agregado passa de 3,8 em 1960 para apenas 2,6 em 2011, e a proporção de unidades domésticas com mais de cinco pessoas, no total dos agregados, sofre uma queda acentuada, de 17% em 1960 para 2% em 2011. A este movimento de diminuição junta-se, por outro lado, uma tendência de uniformização progressiva das formas de co-residir do ponto de vista da dimensão, passando

**Figura 2.2 – Evolução das famílias com mais de 5 pessoas (percentagem) e da dimensão média dos agregados domésticos – Portugal, 1960-2011**



Fonte: INE, Censos 1960, 1991, 2001 e 2011.

o valor do desvio-padrão de 1,6 em 1991 para 1,3 em 2011 (quadro 2.1). Observa-se, por conseguinte, que o processo de privatização da vida familiar implica não só uma diminuição progressiva do número de pessoas a viver debaixo do mesmo teto, mas também um acentuar da homogeneidade do ponto de vista do tamanho do grupo de co-residência.

Uma segunda tendência diz respeito ao aumento dos agregados sem núcleo familiar (quadro 2.1). Dentro desta categoria, é a evolução temporal das pessoas a viver sozinhas em alojamentos unipessoais que mais se destaca: quase duplicam em cinquenta anos, passando de 11,5% do total dos agregados em 1960 para 20,4% em 2011 e registando um aumento mais significativo ao longo da última década. Esta evolução pode atribuir-se não só ao envelhecimento acentuado da população mas também a mudanças na vida privada de indivíduos em idades mais jovens, sobretudo solteiros e divorciados, em resultado do movimento de individualização que, lentamente, tem vindo a reestruturar a vida privada em Portugal. Com efeito, o incremento das pessoas a viver sozinhas, entre 1991 e 2011, foi significativo não só nos grupos de idade acima dos 50 anos mas também na população jovem adulta e adulta entre os 20 e os 49 anos (quadro 2.2). Por sua vez, ao contrário das pessoas a viver sozinhas em alojamentos unipessoais, a proporção de «pessoas sós a viver de forma independente» oscila pouco, representando sempre cerca de 1% do total dos agregados ao longo das últimas décadas, enquanto a proporção de agregados de «várias pessoas» a viver em economia comum mostra uma ligeira tendência

de decréscimo, passando de 2,4% do total em 1991 para 1,8% em 2011. É uma diminuição que afeta mais os grupos de idade acima dos 50 anos, mostrando alguma estabilidade na população dos jovens adultos. É possível que se encontrem aqui, sobretudo, situações temporárias de co-residência na transição para a vida adulta, entre jovens que já saíram de casa dos pais e ainda não formaram uma família.

A análise do peso relativo das principais categorias de agregado doméstico mostra uma terceira tendência importante (quadro 2.1): o facto de a vida em casal (com ou sem filhos, em famílias simples) aparecer como o formato mais típico das formas de co-residência tanto no passado como no presente, registando, no entanto, um decréscimo ao longo da última década (de 63,1% para 59% do total dos agregados). Num primeiro olhar mais abrangente, incidindo nas três grandes categorias da tipologia (agregados sem núcleo familiar, famílias simples, famílias complexas), nota-se que a proporção de famílias simples aumenta ligeiramente entre 1960 e 2001, voltando a descer de novo na última década, enquanto os agregados sem núcleo familiar crescem sempre e os de família complexa diminuem. Seguidamente, se se olhar de perto para a composição interna das famílias simples, verifica-se que o casal com filhos continua a ser a forma predominante de co-residência doméstica, mas que sofreu uma diminuição significativa ao longo dos últimos cinquenta anos, passando de cerca de metade (48%) do total dos agregados para pouco mais de um terço (35%) em 2011 (quadro 2.1). Esta diminuição da família nuclear de casal com filhos é acompanhada por um incremento substancial dos «casais sem filhos» e das «famílias monoparentais» (pai ou mãe só a viver com filhos de todas as idades), desenvolvimentos que se podem atribuir quer ao envelhecimento populacional e à queda e adiamento da fecundidade, quer ao aumento das ruturas conjugais (divórcios e separações).

Por último, diminuíram significativamente os agregados de famílias complexas, em que a uma família simples se juntam outras pessoas aparentadas dentro do mesmo lar, refletindo uma maior autonomia dos casais e dos indivíduos que têm vindo a dispor de acrescidas condições de independência económica e residencial. Em 2011, o seu peso no total dos agregados desceu para 8,7%, abaixo do peso das famílias monoparentais que subiu nesse ano para 9% (quadro 2.1). É uma tendência que se reflete, inevitavelmente, no decréscimo da dimensão média do agregado doméstico e na perda de peso dos agregados com um número elevado de pessoas. Por outro lado, é de salientar que a descida dos agregados de famílias complexas foi mais marcada entre 1991 e 2011,

**Quadro 2.1 – Evolução dos tipos de agregado doméstico – Portugal, 1960-2011 (valor absoluto, percentagem e desvio-padrão)**

	1960	1991	2001	2011
Número de agregados domésticos	2 356 982	3 147 286	3 650 757	4 043 726
População residente a viver em agregados domésticos (AD)	8 777 167	9 808 449	10 255 526	10 436 516
Dimensão média dos AD	3,8	3,1	2,8	2,6
Desvio-padrão do número de pessoas em AD	–	1,6	1,4	1,3
Percentagem de agregados com mais de cinco pessoas	17,1	6,6	3,3	2,0
<i>Principais tipos de agregado doméstico</i>				
<b>Agregados domésticos sem núcleo familiar</b>	16,4	16,6	19,5	23,3
pessoas só	–	13,8	17,3	21,4
<i>a viver sozinhas em alojam. unipessoais</i>	11,5	12,6	15,7	20,4
<i>a viver independentes em alojam. de várias pessoas</i>	–	1,2	1,6	1,0
várias pessoas (sem núcleo conjugal ou monoparental)	4,9	2,4	2,2	1,8
<b>Agregados domésticos de famílias simples</b>	68,2	69,5	70,1	68,0
casal* sem filhos	14,8	20,0	22,0	23,8
casal com filhos	47,5	43,9	41,1	35,2
monoparentais (subtotal)	5,9	5,6	7,0	9,0
<i>pai com filhos</i>	–	0,8	0,9	1,2
<i>mãe com filhos</i>	–	4,8	6,0	7,8
<b>Agregados domésticos de famílias complexas</b>	15,4**	13,9	10,4	8,7
alargados	–	10,0	7,3	5,8
múltiplos	–	3,9	3,1	2,9
<b>Total Portugal</b>	100	100	100	100

\*Note-se que nos Censos de 1960, 1991 e 2001 a definição de casal é a de casal heterossexual, abrangendo os indivíduos que se relacionem, de direito ou de facto, como marido e mulher.

\*\* Os censos de 1960 não permitem decompor os agregados complexos em alargados e múltiplos.  
 Fonte: INE, Censos 1960, 1991, 2001 e 2011.

registando-se, nestas décadas, um decréscimo de 5,2% por comparação com uma descida de apenas 1,5% nas três décadas anteriores. No entanto, o decréscimo mais expressivo deu-se nos anos 90 (menos 3,5%) e não ao longo da última década (menos 1,7%). É um dado que poderá, eventualmente, encontrar uma explicação no agravamento das condições de vida das famílias ao longo dos últimos anos. Sabemos que a precariedade económica e o difícil acesso a um alojamento próprio é hoje a principal motivação para a co-residência em famílias complexas (Wall 2005a), pelo que a crise económica pode ter conduzido a um certo abrandamento deste movimento de descida. As difíceis condições económicas das famílias também poderão explicar o facto de o número de agregados de famílias complexas em Portugal continuar a ser elevado por comparação com outros países europeus (OECD 2014).

Em resumo, como principais tendências de mudança salienta-se a diminuição dos agregados com muitas pessoas e da dimensão média do agregado doméstico, uma transformação que se deve quer ao aumento dos agregados de pessoas sós, quer ao decréscimo dos agregados com descendências numerosas e de famílias complexas. É um movimento que se acentuou na década de 90 e se reforçou entre 2001 e 2011, apesar de ser mais expressivo nesta última década o aumento das pessoas sós do que a descida das famílias complexas. Por outro lado, alterou-se a composição interna das famílias simples, formato predominante dos modos de co-residência, como reflexo provável da descida e do adiamento da fecundidade, do aumento do divórcio ou do envelhecimento populacional. Diminuem, assim, as famílias de casal com filhos e aumentam as de casal sem filhos e as monoparentais.

## **Agregados domésticos e população residente: a influência do grupo de idade e do género**

As formas de co-residência podem variar expressivamente consoante as idades da vida e o género dos indivíduos, contribuindo de forma diversa para as tendências de mudança acima identificadas. A análise da distribuição de indivíduos pelos principais tipos de agregado doméstico em 1991, 2001 e 2011 (quadro 2.2) revela perfis consideravelmente diferenciados segundo o grupo etário.

Importa perceber, em primeiro lugar, em que tipos de agregado vivem hoje as crianças e os jovens adolescentes em Portugal e como é que o decréscimo das descendências numerosas e da complexidade familiar, assim como a subida da monoparentalidade, têm vindo a influenciar as formas de viver em família na infância e na adolescência. A comparação ao longo das últimas décadas mostra que, na infância (até aos 14 anos), cerca de três em quatro crianças continuam a viver em famílias nucleares de casais com filhos, uma proporção que se mantém estável ao longo das duas últimas décadas, sendo que o género não introduz diferenças neste grupo etário (quadro 2.2).

Existem, no entanto, alguns elementos de mudança e de diversificação recentes. Por um lado, sabemos que existem mais famílias recompostas no interior dos casais com filhos (ver capítulos 6 e 10); por outro, verifica-se uma subida acentuada, sobretudo entre 2001 e 2011, das situações de monoparentalidade, de 4,6% das crianças a viver em famílias monoparentais em 1991 para 5,2% em 2001 e 10,1% em 2011; por outro lado

**Quadro 2.2 – Distribuição da população residente por tipo de agregado doméstico, segundo os grupos etários, Portugal – 1991, 2001 e 2011 (percentagem)\***

Tipo de agregado doméstico	Total		0-14		15-19		20-29		30-49		50-64		65 e mais		75 e mais		
	1991	2011	1991	2001	1991	**2001	1991	***2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	
<b>AD sem núcleo familiar</b>	<b>6,5</b>	<b>7,9</b>	<b>0,6</b>	<b>0,5</b>	<b>1,4</b>	<b>2,3</b>	<b>1,7</b>	<b>3,6</b>	<b>7,6</b>	<b>3,5</b>	<b>5,3</b>	<b>8,0</b>	<b>8,9</b>	<b>8,4</b>	<b>10,7</b>	<b>24,1</b>	<b>23,1</b>
pessoas só*s***	4,4	6,2	0,0	0,0	0,2	0,8	0,5	1,7	4,3	2,2	4,0	6,7	6,1	6,8	9,2	18,2	19,7
várias pessoas	2,1	1,8	0,6	0,5	1,2	1,5	1,2	1,9	2,7	1,3	1,3	1,4	2,8	1,6	1,5	5,9	3,4
<b>AD de famílias simples</b>	<b>71,8</b>	<b>75,1</b>	<b>78,4</b>	<b>81,9</b>	<b>84,4</b>	<b>81,9</b>	<b>72,7</b>	<b>75,6</b>	<b>74,6</b>	<b>78,2</b>	<b>80,3</b>	<b>79,7</b>	<b>68,3</b>	<b>74,3</b>	<b>73,9</b>	<b>50,4</b>	<b>57,3</b>
casais (subtotal)	67,0	69,0	73,8	76,3	74,3	70,1	67,7	66,2	67,9	73,8	74,3	71,3	64,3	69,0	67,3	47,3	52,4
casal sem filhos	12,8	15,7	0,0	0,0	0,0	0,3	0,5	7,9	11,8	5,3	7,2	9,5	28,4	29,2	30,4	39,0	42,1
casal com filhos	54,2	53,3	73,8	76,3	74,3	69,8	67,2	58,3	56,1	68,5	67,1	61,8	35,9	39,8	36,9	8,3	10,3
monoparentais (subtotal)	4,8	6,1	8,3	4,6	5,7	10,1	7,9	9,1	14,3	4,4	6,0	8,4	4,0	5,3	6,6	3,1	4,9
pai com filhos	0,6	0,8	1,1	0,4	0,5	1,0	1,0	0,9	1,0	0,5	0,7	1,0	0,6	0,8	1,1	0,6	0,8
mãe com filhos	4,1	5,3	7,2	4,2	5,2	9,2	6,9	7,9	12,5	3,8	5,3	7,4	3,4	4,5	5,6	2,5	4,1
<b>AD complexos</b>	<b>21,7</b>	<b>17,0</b>	<b>14,8</b>	<b>21,0</b>	<b>15,3</b>	<b>20,6</b>	<b>16,4</b>	<b>23,7</b>	<b>17,5</b>	<b>18,3</b>	<b>14,4</b>	<b>12,3</b>	<b>22,8</b>	<b>17,3</b>	<b>15,4</b>	<b>25,5</b>	<b>19,6</b>
alargados	14,1	10,8	8,8	13,1	10,2	8,0	14,9	12,4	10,4	12,4	9,1	7,0	15,0	11,3	9,5	18,8	13,9
múltiplos	7,5	6,2	6,0	7,9	7,4	7,4	5,7	5,7	6,0	5,8	5,3	5,3	7,8	6,0	5,9	6,8	5,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

\* Os dados são arredondados à décima, por isso existem por vezes desfazamentos entre os valores das parcelas e os (sub)totais.

\*\* 15-17 anos \*\*\* 18-29 anos

\*\*\*\* Note-se que estão incluídas nas «pessoas só\*s» as pessoas a viver sozinhas em alojamentos unipessoais e as pessoas que vivem de forma independente num alojamento com várias pessoas.

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

ainda, regista-se uma descida, esta já mais progressiva, de crianças a viver em famílias complexas. Dado que neste grupo etário a sobreavaliação do número de famílias monoparentais (devido à inclusão, a partir dos censos de 2001, de núcleos de pai/mãe a viver não só com filhos solteiros mas também com filhos casados, divorciados e viúvos) não se coloca como problema, este aumento ao longo da última década de crianças a viver em famílias monoparentais é muito significativo. Repare-se, também, que neste grupo etário os valores são mais elevados do que a nível da população residente no seu conjunto, quer no que diz respeito ao número de crianças a viver em agregados de mães com filhos, quer no que diz respeito àquelas a viver em famílias múltiplas que, como sabemos, acolhem frequentemente núcleos monoparentais que não têm condições para terem autonomia residencial (Correia 2013).

Já na adolescência, entre os 15 e os 19 anos, observa-se uma ligeira descida do número de jovens adolescentes a viver em famílias de casais com filhos: 67% dos jovens, ou seja dois em cada três jovens, vivem, em 2011, neste tipo de família, por comparação com cerca de 70% em 1991 e 2001. Esta tendência anda a par da subida, ao longo da última década, do número de adolescentes a viver em famílias monoparentais: 14,3% em 2011, por comparação com 9% em 2001. Neste grupo etário, continua a ser insignificante o número de indivíduos que vivem sozinhos ou em conjugalidade (0,5%), embora já se observe uma proporção um pouco mais elevada, mas semelhante à de 1991 e de 2001, a viver em agregados de várias pessoas (1,2%).

É sobretudo no início da vida adulta e também nas etapas avançadas da vida que se verificaram algumas das transformações mais importantes nas formas de organização da vida privada. Entre os 20 e os 29, encontramos, em 2011, mais jovens a viver em agregados de pessoas sós e de várias pessoas sem estrutura conjugal, mantendo-se pelo contrário estável a proporção daqueles que vivem em casal sem outras pessoas (cerca de 12%, tanto em 2001 como em 2011). Em contrapartida, diminuem os jovens adultos a viver em famílias de casal com filhos (menos 5,9% entre 1991 e 2011) e continua a aumentar, tal como no caso das crianças e dos adolescentes, a percentagem dos que vivem em famílias monoparentais. Estes movimentos assinalam duas tendências relevantes: por um lado, a experiência de uma vida privada mais autónoma e individualizada entre os jovens, que passam, hoje mais frequentemente do que antes, a viver a sós ou em grupos de várias pessoas, seja enquanto estudantes, seja durante os primeiros anos da vida ativa; por outro lado, uma relativa estabilidade, ao longo da última década, na proporção de jovens casais a

viver sem filhos de forma autónoma, tendo aumentado até ligeiramente, depois de descer nos anos 90, a percentagem dos indivíduos deste grupo etário em famílias múltiplas, o que aponta muito provavelmente para situações de início da vida conjugal (ou monoparental) em co-residência com outro núcleo conjugal.

Nas outras etapas da vida adulta também se observam movimentos importantes de mudança. Na população entre os 30 e os 49 anos, nota-se o aumento progressivo dos que vivem sozinhos (de 2,2% em 1991 para 6,7% em 2011) e, no interior dos que vivem em famílias simples (a maioria, ou seja, 71% em 2011), o aumento também progressivo dos casais sem filhos, em detrimento dos casais com filhos e das famílias monoparentais. De salientar, também, que é neste grupo etário, tal como no passado, que se vive menos em agregados de famílias complexas e que esta tendência se acentuou na última década. É, com efeito, uma etapa da vida em que os indivíduos em núcleos conjugais e parentais parecem gozar de uma maior autonomia residencial.

Já no grupo entre os 50 e os 64 anos, de transição para a terceira idade, é interessante observar que a maioria continua a viver em famílias simples (74%), tendo aumentado também a proporção de pessoas sós, em detrimento da co-residência em agregados de várias pessoas ou de famílias complexas. No entanto, em comparação com os indivíduos dos 30 aos 49 anos, e tal como no passado, vivem muito mais em casal sem filhos do que em casal com filhos (30%, por comparação com 9,5% dos indivíduos dos 30-49 anos, em 2011).

Por seu lado, entre a população com 65 e mais anos, verificamos principalmente um aumento da proporção de indivíduos a viver em famílias simples em detrimento de uma co-residência em famílias complexas e em agregados de várias pessoas em economia comum. Apesar de existir também um aumento significativo da proporção de indivíduos a viver sozinhos (mais 1,4%), é a nuclearização da vida familiar da população de idosos que, tal como na década anterior, sobressai como mudança mais acentuada (mais 3,6%), reforçando-se esta tendência ao longo da última década em detrimento da co-residência em família complexa.

Na população muito idosa (acima dos 75 anos), os movimentos de transformação são muito semelhantes aos da população acima dos 65: embora continue a ser a que mais vive em famílias complexas (18,9% em 2011), sofre um crescimento quer o processo de nuclearização (mais 4,2%), quer a proporção de pessoas sós (mais 1,5%). Em comparação com o grupo etário dos 65 e mais, porém, nota-se que os indivíduos com 75 e mais anos vivem bastante mais em agregados de pessoas sós (um pouco



**Quadro 2.3 (cont.)**

Tipo de agregado doméstico	50-64						65 e mais						75 e mais									
	H		M		H		M		H		M		H		M		H		M			
	1991	2001	1991	2001	2011	2001	1991**	2001	2011	1991**	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	
<b>AD sem núcleo familiar</b>	<b>5,5</b>	<b>6,0</b>	<b>9,3</b>	<b>11,9</b>	<b>10,6</b>	<b>12,0</b>	<b>12,2</b>	<b>12,1</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>	<b>32,6</b>	<b>31,1</b>	<b>31,7</b>	<b>17,1</b>	<b>16,5</b>	<b>16,4</b>	<b>39,3</b>	<b>38,4</b>	<b>39,2</b>	<b>39,3</b>	<b>38,4</b>	<b>39,2</b>
pessoas só***	3,9	4,9	8,0	8,0	8,5	10,4	9,6	10,4	11,4	11,4	24,4	26,5	28,3	13,5	14,4	14,9	29,0	32,9	35,1	29,0	32,9	35,1
várias pessoas	1,5	1,1	1,3	4,0	2,0	1,6	2,6	1,8	1,2	1,2	8,2	4,6	3,4	3,6	2,2	1,5	10,3	5,5	4,1	10,3	5,5	4,1
<b>AD de famílias simples</b>	<b>72,4</b>	<b>77,3</b>	<b>75,8</b>	<b>64,8</b>	<b>71,7</b>	<b>72,1</b>	<b>65,7</b>	<b>71,3</b>	<b>74,0</b>	<b>74,0</b>	<b>39,5</b>	<b>47,0</b>	<b>50,7</b>	<b>57,4</b>	<b>64,6</b>	<b>69,4</b>	<b>25,9</b>	<b>33,5</b>	<b>38,9</b>	<b>25,9</b>	<b>33,5</b>	<b>38,9</b>
casal sem filhos	28,1	28,2	29,0	28,7	30,1	31,7	51,4	54,4	57,8	57,8	30,0	33,2	35,4	47,9	52,7	56,5	19,2	22,6	25,4	19,2	22,6	25,4
casal com filhos	42,7	46,7	43,2	29,9	33,5	31,2	12,7	14,9	14,0	14,0	5,2	6,9	7,2	7,4	9,3	10,0	2,3	3,0	3,9	2,3	3,0	3,9
<b>Monoparentais (subtotal)</b>	<b>1,6</b>	<b>2,4</b>	<b>3,7</b>	<b>6,2</b>	<b>8,0</b>	<b>9,2</b>	<b>1,5</b>	<b>2,0</b>	<b>2,2</b>	<b>4,2</b>	<b>4,2</b>	<b>7,0</b>	<b>8,1</b>	<b>2,1</b>	<b>2,7</b>	<b>3,0</b>	<b>4,5</b>	<b>7,8</b>	<b>9,5</b>	<b>4,5</b>	<b>7,8</b>	<b>9,5</b>
pai com filhos	1,2	1,5	1,9	0,2	0,2	0,3	1,5	1,9	2,1	2,1	0,0	0,0	0,0	2,1	2,7	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
mãe com filhos	0,4	0,9	1,8	6,0	7,7	8,9	0,0	0,1	0,1	0,1	4,2	7,0	8,1	0,0	0,0	0,0	4,5	7,8	9,5	4,5	7,8	9,5
<b>AD complexos</b>	<b>22,2</b>	<b>16,7</b>	<b>14,9</b>	<b>23,3</b>	<b>17,8</b>	<b>15,9</b>	<b>22,2</b>	<b>16,6</b>	<b>13,3</b>	<b>13,3</b>	<b>27,9</b>	<b>21,9</b>	<b>17,6</b>	<b>25,5</b>	<b>18,8</b>	<b>14,2</b>	<b>34,8</b>	<b>28,2</b>	<b>21,9</b>	<b>34,8</b>	<b>28,2</b>	<b>21,9</b>
alargados	14,3	10,7	9,0	15,7	11,7	10,0	14,0	10,0	7,7	7,7	22,1	16,8	13,2	17,4	12,0	8,4	29,6	23,5	17,7	29,6	23,5	17,7
múltiplos	7,9	5,9	5,9	7,7	6,0	5,9	8,1	6,6	5,6	5,6	5,8	5,0	4,4	8,1	6,9	5,8	5,2	4,7	4,2	5,2	4,7	4,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

\* Os dados são arredondados à décima, por isso existem por vezes desfazamentos entre os valores das parcelas e os (sub)totais.

\*\* 15-17 anos \*\*\* 18-29 anos

\*\*\*\* Note-se que estão incluídas nas «pessoas só» as pessoas a viver sozinhas em alojamentos unipessoais e as pessoas que vivem de forma independente num alojamento com várias pessoas..

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

mais de um em cada quatro, por comparação com um em cada cinco no grupo dos 65 e mais anos) e de famílias complexas (sobretudo alargadas).

Estas mudanças seguem, contudo, padrões diferenciados segundo o género, perpetuando-se em 2011 as diferenças encontradas em 1991 e em 2001 (quadro 2.3). De uma forma geral, podemos dizer que as mulheres, ao longo da vida adulta, são quem mais vive em agregados de pessoas sós e quem menos vive em agregados de casal, por comparação com os homens. As tendências são diferentes segundo o grupo etário, à exceção dos jovens entre os 20 e os 29 anos, em que não existem diferenças de género nas formas de co-residir. Na população entre os 30 e os 49 anos, tanto os homens como as mulheres vivem maioritariamente em famílias simples, mas as mulheres vivem mais em monoparentalidade do que os homens, enquanto estes vivem mais em agregados de pessoas sós, em resultado, certamente, da reorganização residencial pós-divórcio.

Seguidamente, na faixa etária dos 50 aos 64 anos, inicia-se um movimento de transformação que se vai acentuar nas fases mais avançadas do percurso de vida, em grande parte em resultado da viuvez que é mais experienciada pelas mulheres do que pelos homens: as mulheres a viver cada vez menos em casal com ou sem filhos e cada vez mais em agregados de pessoas sós e também em famílias monoparentais. São populações em que as mulheres a viver sozinhas ou em agregados de várias pessoas são mais do dobro dos homens na mesma situação, acontecendo precisamente o inverso quando se trata de famílias simples de casal com ou sem filhos: 74% da população masculina com 65 e mais anos vive, em 2011, em agregados de famílias simples, contra apenas 50% da população feminina. Por outro lado, enquanto mais de um quarto das mulheres acima dos 65 anos vive só, somente um em dez da população masculina vive nessa situação. Por último, devido à fraca conjugalização dos agregados domésticos das mulheres, são também as mulheres idosas quem mais frequentemente vive em famílias complexas, sobretudo quando se trata de uma família alargada, indiciando assim a existência mais frequente de situações de acolhimento residencial e apoio prestado às mulheres desta faixa etária.<sup>1</sup>

Em resumo, as diferenças entre as formas de co-residência consoante as idades da vida e o género identificadas nos anos 90 permanecem e acentuam-se na primeira década do século XXI. No início da vida, há mais

---

<sup>1</sup> A este respeito, convém lembrar que a população idosa se encontra grandemente feminizada: com mais de 65 anos existem, em 2011, 1 106 394 mulheres a viver em agregados domésticos (942 258 em 2001), contra apenas 818 706 homens (689 835 em 2001).

crianças e adolescentes e viver em famílias monoparentais e menos a viver em famílias complexas. Na transição para a vida adulta, entre os 20 e os 29 anos, mas também nos adultos entre os 30 e os 49 anos, a única faixa etária em que predomina claramente o formato típico da família nuclear de casal com filhos, encontramos mais indivíduos a viver em agregados sem núcleo familiar e menos a viver em casal com filhos. Nas fases mais avançadas da vida, reforçou-se a tendência de nuclearização das estruturas domésticas e também, com acentuado destaque para as mulheres, o aumento das pessoas a viver sozinhas, em detrimento das famílias complexas e dos agregados de várias pessoas. Quanto às formas de co-residência complexas, continua a ser, tal como em 2001, entre a população de jovens adultos e a população muito idosa que encontramos as percentagens mais significativas de indivíduos a viver neste tipo de agregado (mais múltiplos entre os primeiros, mais alargados entre os segundos), associando-se este formato doméstico ainda hoje a fases da vida que podem convocar maior necessidade de ajuda: o apoio para a instalação na vida adulta e em situações de monoparentalidade de jovens adultos, por um lado, e o apoio na doença e na dependência na velhice, por outro.

## **Considerações finais**

As formas privadas de co-residência na sociedade portuguesa transformaram-se lenta e profundamente ao longo dos últimos cinquenta anos. Olhar a mudança a partir de um tempo mais longo permite perceber os efeitos, nas estruturas domésticas, de vários processos de transformação na sociedade portuguesa, desde as mudanças operadas nas dinâmicas da conjugalidade e da parentalidade até ao envelhecimento da população ou às melhores condições de vida e de acesso à independência residencial para as gerações mais novas, sobretudo a partir dos anos 90. O nosso olhar à distância também mostra que a vida privada, na sua cumplicidade com as mudanças que atravessam a sociedade e o espaço público, se alterou a ritmos e intensidades diferentes ao longo das últimas décadas, e que as formas de co-residência, no presente tal como no passado, espelham diferenças significativas segundo variáveis demográficas e sociais.

Num olhar temporal global, desde os anos 60 até hoje, sublinhámos o enfraquecimento progressivo da dimensão média da família, que se contrapõe à elevada incidência de agregados com muitas pessoas e de famílias complexas em meados do século passado, assim como movimen-

tos de fundo associados a uma maior nuclearização e individualização das formas de co-residência. Em matéria de nuclearização, a análise mostra que as famílias simples – conjugais e monoparentais – ganharam mais independência residencial, quer entre os casais e os indivíduos jovens quer entre os mais idosos, conduzindo a algum aumento do peso das famílias simples na estrutura dos agregados domésticos entre os anos 60 e o início do século XX. Num contexto de adiamento e queda da fecundidade e de envelhecimento populacional, é um movimento que assenta principalmente no aumento dos casais sem filhos e, também, em parte, no crescimento das famílias monoparentais, devido ao aumento significativo do divórcio e da separação. Na última década, porém, estas mesmas tendências demográficas, associadas agora a um forte crescimento dos agregados de pessoas a viver sozinhas em alojamentos unipessoais, concorrem para alguma inversão da tendência de nuclearização, notando-se sobretudo um recuo substancial dos casais com filhos.

No campo da individualização das formas de co-residência, sublinhámos o crescimento contínuo, embora num ritmo claramente mais veloz nos últimos dez anos, da proporção de pessoas a viver sozinhas, quer nos grupos etários dos jovens adultos quer nos grupos etários dos mais idosos. No primeiro caso, o crescimento da independência juvenil pode ser explicado pelo aumento da escolaridade, que pode promover a saída de casa dos pais para estudar noutra cidade do país, e pelo adiamento da entrada na vida conjugal e na formação de uma família. No segundo caso, o crescimento da autonomia residencial de pessoas em fases mais avançadas da vida, seja ela voluntária ou constrangida, pode ser explicado pelas ruturas conjugais e pelo aumento da esperança de vida, este mais marcado para as mulheres, e pelo decréscimo da co-residência em agregados domésticos de famílias complexas e de várias pessoas. Apesar das conotações negativas de que frequentemente se reveste, é uma tendência que revela, também, um acréscimo de individualização na organização da vida privada. Embora o grupo alargado de familiares próximos ainda acolha uma proporção significativa de pessoas com 75 e mais anos, o seu peso, simbólico e objectivo, diminuiu significativamente nas formas domésticas de co-residência (Aboim 2006; Wall 1998, 2005).

Num quadro de mudança, em que se regista um reforço dos agregados de pessoas sós e de famílias de casais sem filhos e monoparentais em detrimento dos formatos complexos e dos casais com filhos, o impacto deste processo de transformação varia segundo os grupos etários e o género. Na infância e na adolescência, continua-se a viver em agregados de famílias simples, e a proporção das crianças e adolescentes a viver

neste tipo de agregado até sobe nos últimos dez anos; no entanto, no interior das famílias simples, encontra-se um crescimento dos que vivem em famílias monoparentais e uma descida dos que vivem em famílias de casal com filhos. Entre os jovens dos 20 aos 29 anos, cresceu o número dos que vivem em agregados sem núcleo familiar e em famílias monoparentais, mas são semelhantes as proporções de mulheres e homens a viver nos diferentes tipos de agregado, embora as mulheres já vivam um pouco mais em conjugalidade (sem filhos) do que os homens. As diferenças de género são mais notórias a partir dos 30 anos. O período ativo da vida adulta e de formação de uma família, entre os 30 e os 49 anos, é dominado pela vivência em casal com filhos, apesar do aumento da monoparentalidade e das pessoas sós, a primeira incidindo mais nas mulheres e a segunda nos homens. A partir dos 50 anos, as diferenças de género acentuam-se: as mulheres a viver mais em agregados de pessoas sós e monoparentais, por comparação com os homens, que se encontram inseridos maioritariamente, e até ao fim da vida, em famílias simples de casais com ou sem filhos.

## Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia. 2003. «Evolução das estruturas domésticas». *Sociologia – Problemas e Práticas*, 43, 13-30
- Aboim, Sofia. 2006. *Conjugalidades em Mudança. Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres, e Karin Wall . 1998. «Relações familiares: mudança e diversidade». In *Portugal, que Modernidade?*, orgs. José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa, , 45-78. Oeiras: Celta Editora.
- Correia, Sónia. 2013. *Conciliação Família-Trabalho em Famílias Monoparentais. Uma Abordagem Comparativa de Género*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa: ICS Universidade de Lisboa
- Guerreiro, Maria das Dores, Anália Torres, e Cristina Lobo. 2007. «Famílias em mudança: configurações, valores, processos». In *Portugal no Contexto Europeu. Quotidiano e Qualidade de Vida*, orgs. Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha, 7-37. Oeiras: Celta Editora.
- INE. 1996. *Censos 91: Resultados Definitivos: Portugal*. Lisboa: INE.
- INE. 2002. *Censos 2001: Resultados Definitivos: Portugal*. Lisboa: INE.
- INE. 2012. *Censos 2011 Resultados Definitivos: Portugal*. Lisboa: INE.
- Laslett, P. 1972. «Introduction: the history of the family». In *Household and Family in Past Time*, orgs. P. Laslett e P. Wall, 1-89. Cambridge: Cambridge University Press.
- OECD. 2014. OECD Family Database, OECD, Paris ([www.oecd.org/social/family/database](http://www.oecd.org/social/family/database)), consultado em 31 de Março de 2014.

- Rowland, Robert. 1997. *População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX*. Oeiras:, Celta Editora.
- Torres, Anália. 2002. *Casamento em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Verdon, Michael. 1998. *Rethinking Households: An Analytical Perspective on European Living Arrangements*. Londres: Routledge.
- Wall, Karin. 1998. *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Wall, Karin (org.). 2005. *Famílias em Portugal. Percursos, Interações e Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin. 2005a. «Os grupos domésticos de co-residência». In *Famílias em Portugal. Percursos, Interações e Redes Sociais*, org. Karin Wall, 553-597. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, Cunha, Vanessa, e Susana Atalaia. 2013. «Família». In *Portugal Social de A a Z. Temas em Aberto*, orgs. José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais, 70-78. Paço de Arcos: Imprensa Publishing/Express.

## Anexo

# Notas metodológicas

Importa, relativamente à tipologia de agregados domésticos, descrever brevemente as formas de classificação para cada um dos anos em análise assim como alguns problemas de comparabilidade entre os dados dos quatro censos.

Relativamente a 1960, K. Wall (ver Almeida *et al.* 1998, 49), seguindo a metodologia proposta por Rowland (1997), identificou quatro categorias de agregados domésticos: as «pessoas isoladas» (grupo correspondente à categoria I de Laslett); as «outras pessoas aparentadas» (grupo correspondente à categoria II); os «casais sem filhos, casais com filhos sem outros parentes e pessoas com filhos sem outros parentes» (grupos correspondentes à categoria III); e os «casais sem filhos e outros parentes, casais com filhos com outros parentes e pessoas com filhos e outros parentes» (grupos correspondentes às categorias IV e V).

No que respeita aos recenseamentos de 1991, de 2001 e de 2011, o reagrupamento das categorias utilizadas pelo INE na classificação dos «tipos de família clássica» visou igualmente a correspondência com a tipologia de agregados domésticos proposta por Laslett, tendo sido seguidos os seguintes critérios: a categoria I da classificação que utilizamos corresponde à categoria «famílias com uma só pessoa» proposta pelo INE. Relativamente a estas «pessoas sós», o INE nos três censos considera nesta categoria não só as pessoas que vivem num alojamento unipessoal, mas também as pessoas que, apesar de compartilharem um alojamento com outras pessoas, vivem de forma independente e não em economia comum. Foi possível, no entanto, trabalhar os dados de forma a identificar os dois subconjuntos de pessoas sós nos três censos (1991, 2001 e 2011), de forma a assegurar a comparabilidade dos dados no quadro 2.1. Esta distinção é, contudo, apenas possível quando se trata, como neste caso, dos totais de agregados domésticos; quando se trata de um cruzamento entre tipo de agregado doméstico e outra variável ou de dados relativos à distribuição da população residente por tipo de agregado do-

méstico fazer esta distinção, a partir dos dados brutos do INE, já não foi possível.

A categoria II («várias pessoas sem estrutura conjugal ou parental») integra os vários tipos de famílias sem núcleo conjugal ou parental («pessoas aparentadas» e «pessoas aparentadas e/ou não aparentadas», a viver em economia comum (excepto em 1960, em que esta categoria pode integrar várias pessoas a viver ou não em economia comum); assim como «avô com netos» e «avó com netos», duas categorias que, em 1991 e em 2001, ainda eram consideradas pelo INE como um «núcleo familiar» (família simples) e que tiveram, por isso, de ser transferidas para esta categoria.

A categoria III («agregados de famílias simples») corresponde às famílias de «casal sem filhos sem outras pessoas», «casal com filhos sem outras pessoas» e «pai ou mãe com filhos sem outras pessoas». A categoria IV («agregados de famílias alargadas») corresponde às famílias de «casal sem filhos com outras pessoas», «casal com filhos com outras pessoas», «pai/mãe com filhos com outras pessoas» e «avós com netos com ou sem outras pessoas»; a categoria V («agregados de famílias múltiplas») corresponde às «famílias com 2, 3 e mais núcleos».

As duas primeiras categorias («pessoas só» e «agregados de várias pessoas») constituem a grande categoria de «agregados domésticos sem núcleo familiar», uma vez que não existe qualquer núcleo conjugal ou parental; e as duas últimas categorias (agregados alargados e múltiplos) constituem no seu conjunto a grande categoria de «agregados de famílias complexas», que implicam a partilha de alojamento, alimentação e rendimentos entre todos os co-residentes; caso contrário, apesar de o alojamento ser comum, os hóspedes ou outros indivíduos não aparentados que vivam na casa serão considerados à parte, como um agregado de pessoa só. Ressalve-se que, no caso de se tratar de parentes, estes são sempre considerados «dentro da família», mesmo que não haja uma economia comum. Refira-se ainda que o facto de terem sido consideradas como «alargadas» algumas situações em que as pessoas co-residentes com o núcleo familiar principal não são com ele aparentadas, leva, tanto em 1991 como em 2001 e em 2011, a que estas famílias estejam ligeiramente sobrerrepresentadas, pois, na verdade, seguindo rigorosamente os critérios propostos pelo Grupo de Cambridge, dever-se-ia fazer a distinção entre famílias alargadas (que incluiriam somente pessoas aparentadas) e famílias aumentadas (que incluiriam apenas pessoas não aparentadas).

Muito embora as classificações seguidas nos últimos três recenseamentos sejam bastante próximas, por comparação com a de 1960, existem algumas diferenças a ressaltar no que respeita a algumas das categorias:

peçoas sóas (ver comentários sobre a categoria I) e agregados simples de famílias monoparentais. Em 1991 estas integravam apenas os núcleos de mãe ou de pai a viver com filhos solteiros, passando em 2001 e em 2011 a incluir também os que vivem com filhos casados, separados/divorciados e viúvos, critério que sobreavalia ligeiramente esta categoria por relação a 1991.